

## **VOZES DOS SUJEITOS DA EPJAI EM UMA ESCOLA DO CAMPO**

*Cleonice Matos Amaral<sup>1</sup>*

*Kergilêda Ambrósio de Oliveira Mateus<sup>2</sup>*

**Eixo:** Práticas educativas na EJA em diferentes contextos

**Palavras-chave:** Escola do Campo. EPJAI. Sujeitos Campesinos.

### **INTRODUÇÃO**

Historicamente, as populações campesinas no Brasil foram silenciadas, invisibilizadas e subjugadas. A presença desses sujeitos em escolas rurais foi marcada pela negação de seus conhecimentos, seus valores, suas crenças, suas histórias de vida e do seu modo próprio de trabalhar e produzir cultura (Caldart, 2011). Em contraponto à escola rural, está sendo construída a Escola do Campo, que deve se constituir como espaço formativo que garanta aos povos campesinos o acesso ao conhecimento como direito social fundamental. Nessa perspectiva, o presente estudo que tem como objetivo compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos campesinos da Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (EPJAI) do Colégio Estadual do Campo de Botuporã (CECB) à sua nova denominação enquanto Escola do Campo. Os pressupostos teóricos estão ancorados nos estudos de Caldart (2004, 2011), Freire (1987, 1996), Veiga (1998), Rossato e Praxedes (2015), Brandão (1983), Bardin (1977), Minayo (2008) e nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo (2002).

### **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa participante de acordo com a concepção de Brandão (1983). A abordagem é qualitativa com fundamento em Minayo (2008) cujo método recorreu ao Materialismo Histórico-Dialético e a produção de dados à técnica de rodas de conversa para ouvir os sujeitos campesinos da EPJAI do CECB, escola *lócus* da pesquisa que oferta o Ensino Médio, é localizada na cidade e foi denominada, do ponto de vista legal, como Escola do Campo. Os dados produzidos foram submetidos à análise de conteúdo de Bardin (1977).

### **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Tendo em vista o objetivo proposto, indagamos aos estudantes da EPJAI: o que vocês pensam da mudança do nome da escola? Você se considera como estudante de uma escola do campo ou uma escola da cidade?

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: 2021m0249@uesb.edu.br

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: kmateus@uesb.edu.br

Agora a questão do nome da escola ter mudado eu gostei, mas na questão de ser aluna do campo na sala de aula não me considera nem um pouco. Não tem matéria, nenhum projeto relacionado, não tem uma pesquisa, não tem um trabalho que a gente possa fazer relacionado ao campo. [...] Eu não acho que tipo, uma escola da cidade tenha a capacidade de ser do campo (Discente Carol, Roda de conversa nº 03, 2022).

Valoriza mais os alunos da zona rural, que tem todo o percurso até chegar aqui é sofrido [...] eu estudo na escola da cidade porque até eu chegar na cidade eu tenho todo o percurso, as dificuldades de estrada e transporte. Aqui chama escola do campo, mas eu sou do campo, por que eu trago toda minha história do campo, minha trajetória do campo. Apesar que eu estudo aqui na escola da cidade que não estuda nada do campo (Discente Carolina, Roda de conversa nº 03, 2022).

Valoriza quem é da roça, mas não chegou ao ponto de ser concluída essa mudança de valorização. [...] Eu estudo aqui na escola da cidade, mas eu sou do campo, moro lá. E pra mim não mudou nada, só mudou o nome, a forma de tratamento é a mesma (Discente Keila, Roda de conversa nº 03, 2022).

Os depoimentos dos sujeitos da EPJAI são potentes, questionadores e propositivos, e evidenciam que eles veem a nova denominação da escola como importante e positiva, enquanto possibilidade de valorização dos estudantes camponeses. No entanto, a mudança da escola ocorreu apenas no nome, visto que é necessário mudar as práticas educativas para que a unidade de ensino seja compatível com as necessidades dos estudantes camponeses, seja pensada e organizada em função das suas realidades e participações efetivas, vinculada aos seus saberes, culturas, necessidades humanas e práticas sociais (Caldart, 2011). Logo, uma instituição de ensino que se constitua como “obra e identidade” dos sujeitos que educa (Caldart, 2004, p. 37). Nesse processo, é fundamental o entendimento da escola como espaço social, sustentado em relações democráticas e dialógicas, cujo Projeto Político Pedagógico é fruto do trabalho coletivo, que garanta “[...] a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola [...]” (Veiga, 1998, p. 18).

Além de práticas educativas vinculadas aos anseios dos povos camponeses, os estudantes relatam as dificuldades vivenciadas por eles para terem acesso à escola. Aqui, é evidenciado a não efetivação da política nacional da Educação do Campo (EdoC). Conforme artigo 6º das Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo, o poder público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar, à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre os entes federados, deverá garantir as condições necessárias para o acesso à Educação Básica aos povos camponeses (Brasil, 2002).

A dialogicidade do ato pedagógico, como essência da educação enquanto prática da liberdade, conforme postula Freire (1987), aponta para a necessária escuta atenta e sensível aos sujeitos camponeses da EPJAI para compreender suas trajetórias individuais e coletivas, também, conhecer as realidades que os oprimem. Nessa discussão, podemos identificar a

importância da escola se comprometer com os sujeitos da sua ação educativa, garantindo uma formação crítica e emancipadora que torne possível a intervenção no mundo (Freire, 1996).

Os depoimentos trazem, ainda, que os estudantes da EPJAI não se identificam como sujeitos de uma Escola do Campo. Pontuamos, com fundamento em Rossato e Praxedes (2015), que na produção identitária é importante o sentimento de pertencimento e de reconhecimento. Nesse sentido, o CECB deve ainda construir a sua identidade como Escola do Campo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciaram que os sujeitos da EPJAI, participantes da investigação, reconhecem de forma positiva a nova denominação da escola, no entanto, não veem sentido na mudança apenas do nome, uma vez que as práticas educativas da referida instituição ainda não foram modificadas e não estão convergentes com os princípios da EdoC, ou mesmo com os interesses dos sujeitos camponeses de Botuporã. Apesar do novo nome, eles se identificam como sujeitos do campo que estudam em uma escola na cidade. Logo, na perspectiva dos estudantes, o CECB não é uma Escola do Campo, pois continua sendo uma escola urbana.

### REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de abril de 2002**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2002. Disponível em: [https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn\\_resolucao\\_%201\\_de\\_3\\_de\\_abril\\_de\\_2002.pdf](https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf) Acesso em: 20 abr. de 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983

CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. *In*: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (org.). **Por uma Educação do Campo**: contribuições para construção de um projeto de educação do campo. v. 5. Articulação nacional por uma educação do campo, Brasília: DF, 2004, p. 13 – 52.

CALDART, Roseli Salete. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. *In*: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ROSSATO, Geovanio; PRAXEDES, Walter. **Fundamento da educação do campo**: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In*: VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-35.